



RELIGIÃO, CONFLITO E CONSTRUÇÃO DA PAZ EM MOÇAMBIQUE: REFLEXÕES SOBRE A SECULARIZAÇÃO E A JUSTIÇA SOCIAL NA PROVÍNCIA DE NAMPULA

Somo Cheque¹

¹Mestre, Docente universitário, Nampula, Moçambique.

Resumo

O Estudo investiga o papel da religião nos conflitos e na construção da paz em Moçambique, com ênfase na província de Nampula, analisando a relação entre secularização e justiça social num contexto de pluralismo religioso. O objectivo é analisar como a religião pode actuar tanto como factor de conflito quanto agente de reconciliação e coesão social. Adoptou-se uma abordagem qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica, com métodos de análise de conteúdo e análise temática para identificar padrões na interação entre religião e sociedade. Os resultados apontam a ambivalência da religião, que pode fomentar tensões, como observado nos conflitos em Cabo Delgado, mas também contribuir significativamente para a promoção da paz por meio de valores como solidariedade, igualdade e justiça social. Líderes religiosos emergem como mediadores essenciais, capazes de articular práticas de convivência pacífica, enquanto o diálogo inter-religioso estruturado e inclusivo mostra-se crucial para superar divisões. A pesquisa ressalta a tensão entre secularização e convivência religiosa, destacando o desafio de equilibrar a laicidade estatal com a liberdade de crença num Estado plural. Conclui-se que a colaboração entre comunidades religiosas, movimentos sociais e instituições estatais é indispensável para mitigar desigualdades e promover uma justiça social efectiva. A instrumentalização negativa da religião deve ser superada para maximizar seu potencial como agente de paz e harmonia social.

Palavras-chave: Religião, Conflito, Justiça Social, Paz.

Abstract

The study investigates the role of religion in conflicts and peacebuilding in Mozambique, with an emphasis on the province of Nampula, analyzing the relationship between secularization and social justice in a context of religious pluralism. The objective is to understand how religion can act both as a factor of conflict and as an agent of reconciliation and social cohesion. A qualitative approach was adopted, grounded in bibliographic research, using content analysis and thematic analysis methods to identify patterns in the interaction between religion and society. The results highlight the ambivalence of religion, which can fuel tensions, as observed in the conflicts in Cabo Delgado, but also significantly contribute to peacebuilding through values such as solidarity, equality, and social justice. Religious leaders emerge as essential mediators, capable of articulating practices of peaceful coexistence, while structured and inclusive inter-religious dialogue proves crucial for overcoming divisions. The research underscores the tension between secularization and religious coexistence, highlighting the challenge of balancing state secularism with freedom of belief in a pluralistic state. It concludes that collaboration between religious communities, social movements, and state institutions is essential to mitigate inequalities and promote effective social justice. The negative instrumentalization of religion must be overcome in order to maximize its potential as an agent of peace and social harmony.

Keywords: Religion, Conflict, Social Justice, Peace.

Informações do Artigo

Histórico:

Recepção: 11 de Julho de 2024

Aprovação: 21 de Agosto de 2025

Publicação: 12 de Setembro de 2025

Contacto

Somo Cheque ✉ somocheque85@gmail.com



1. Introdução

A relação entre religião, conflito e construção da paz tem sido amplamente debatida, especialmente em contextos em que a diversidade cultural e religiosa coexiste com tensões sociais e políticas. Em Moçambique, país caracterizado pela convivência entre cristãos, muçulmanos e adeptos de religiões tradicionais africanas, a religião desempenha um papel fundamental na formação da identidade social. Contudo, conforme aponta Barreto (2015), tal convivência nem sempre está isenta de desafios, sobretudo em regiões marcadas por desigualdades estruturais e conflitos de natureza inter-religiosa.

No caso específico da província de Nampula, importa clarificar que o objectivo geral da análise não se restringe apenas aos conflitos de carácter teológico ou estritamente religioso, mas abrange também tensões sociais e políticas que emergem a partir da instrumentalização das identidades religiosas. Trata-se, por exemplo, de situações em que a pertença religiosa se torna um marcador de diferenciação social, podendo alimentar desconfianças entre comunidades, dificultar a cooperação em torno de objectivos comuns ou mesmo gerar disputas em torno do acesso a recursos, cargos de liderança comunitária e influência política local. Nesse sentido, os conflitos aqui referidos devem ser entendidos em um sentido mais amplo, englobando tanto desentendimentos inter-religiosos — motivados por divergências de doutrina ou práticas rituais — quanto tensões de fundo socioeconómico e cultural que assumem uma roupagem religiosa, reflectindo a complexa intersecção entre fé, poder e desigualdade na realidade de Nampula.

Desde o período subsequente ao atentado de 11 de setembro de 2001, o Islão passou a ser frequentemente associado ao terrorismo e aos conflitos religiosos, percepção esta redutora e distorcida (Silvestri & Mayall, 2015). Essa estigmatização repercute também nas sociedades muçulmanas de Moçambique, como nas

províncias de Nampula e Cabo Delgado, onde a emergência de grupos extremistas tem instrumentalizado o discurso religioso para legitimar práticas violentas. Paralelamente, autores como Amaladoss (2015), defendem que todas as tradições religiosas possuem o potencial tanto para o conflito quanto para a promoção da paz. Assim, torna-se imperiosa uma análise jurídica e crítica das interações entre religião, secularização e justiça social, visando mitigar tensões e fomentar a paz duradoura.

Em Moçambique, a Constituição da República consagra o princípio do Estado laico, garantindo a liberdade religiosa e o respeito à diversidade. Todavia, esta laicidade constitucional é tensionada pela convivência com normas religiosas, sobretudo em contextos islâmicos, onde princípios oriundos da sharia ainda orientam a conduta social de determinados grupos (Salman, 2018). A província de Nampula, maioritariamente muçulmana, constitui um cenário paradigmático dessas tensões, em que interpretações divergentes da lei islâmica suscitam debates quanto à integração dos valores religiosos no ordenamento jurídico vigente.

A insurgência armada na província de Cabo Delgado ilustra de forma emblemática como visões radicalizadas do Islão podem desestabilizar a ordem pública e comprometer a paz comunitária. Tais conflitos evidenciam a relevância da actuação de lideranças religiosas comprometidas com interpretações moderadas e integradoras da fé islâmica (Abu-Nimer, 2001). Ademais, a manipulação do discurso religioso por grupos extremistas revela a necessidade de cooperação entre o Estado, os líderes religiosos e as organizações da sociedade civil na construção de soluções jurídicas e sociais inclusivas e sustentáveis.

Ainda que a religião possa ser instrumentalizada para justificar divisões, ela também detém um inegável potencial transformador. Barreto (2015) sustenta que a espiritualidade, quando mobilizada de forma ética e inclusiva, pode funcionar como instrumento jurídico-social de reconciliação e paz. No



contexto moçambicano, em especial nas comunidades muçulmanas, as lideranças religiosas exercem papel central na promoção da coesão social e na internalização de valores de justiça e solidariedade. Diante do exposto, a presente investigação propõe-se a responder à seguinte questão de pesquisa: Como a religião, em sua interação com a secularização, influencia os conflitos e a construção da paz na província de Nampula? A partir desta problemática, delineiam-se os seguintes objectivos:

- a) Examinar as dinâmicas entre secularização e práticas religiosas na província de Nampula;
- b) Identificar o papel das lideranças religiosas na mitigação de conflitos e na promoção da paz social;
- c) Avaliar de que modo as tradições religiosas contribuem para a efectivação da justiça social em contextos marcados por desigualdades.

A relevância desta pesquisa justifica-se por abordar uma temática estratégica para a sociedade moçambicana: as interações entre religião, conflito e construção da paz, à luz do princípio da laicidade do Estado consagrado no artigo 12 da Constituição da República. A compreensão crítica dessas interações é fundamental para fortalecimento da coesão social, da estabilidade institucional e do respeito aos direitos fundamentais.

Para a sociedade, o estudo contribui com propostas de convivência pacífica e respeito mútuo entre grupos religiosos e seculares, combatendo práticas de intolerância e instrumentalização da fé para fins políticos ou violentos. Para a comunidade, sobretudo as mais vulneráveis a discursos extremistas, oferece subsídios que favorecem uma cultura de paz, diálogo e respeito à diversidade religiosa.

No campo académico, a pesquisa visa preencher lacunas sobre a função social da religião no contexto africano contemporâneo, ao mesmo tempo em que promove a interdisciplinaridade entre o Direito, a

Sociologia, os Estudos Religiosos e a Ciência Política. Isso favorece o avanço do conhecimento científico sobre a relação entre normatividade estatal e valores religiosos tradicionais.

Finalmente, para a segurança constitucional e o respeito à ordem jurídica, o estudo reforça a importância da laicidade como instrumento jurídico de neutralidade do Estado, garantindo que nenhuma confissão religiosa se sobreponha às normas da Constituição — lei suprema e soberana —, especialmente em instituições públicas como escolas, tribunais e administrações locais. Ao identificar pontos de tensão e sugerir directrizes de actuação ética e jurídica, esta investigação promove o fortalecimento do Estado de Direito e da paz duradoura.

2. Revisão da Literatura

2.1. Religião e Paz: Desafios e Oportunidades no Contexto Moçambicano

A relação entre religião, paz e conflito tem sido amplamente debatida, especialmente em contextos onde a diversidade cultural e religiosa é evidente, como em Moçambique. Amaladoss (2015, p. 34) argumenta que “todas as religiões têm a paz como ideal e objectivo,” mas Barreto (2015, p. 53) alerta que “a religião, sozinha, não pode construir a paz, sendo necessária a exploração do seu potencial pacificador”. Em Moçambique, onde o Islão, o Cristianismo e as religiões tradicionais coexistem, a religião pode actuar como mediadora em conflitos sociais e culturais.

Contudo, há uma percepção global que associa a religião, particularmente o Islão, ao conflito. Silvestri e Mayall (2015, p. 21) destacam que, “desde os ataques de 11 de setembro de 2001, o Islão tornou-se central nas discussões sobre terrorismo,” o que cria barreiras emocionais e culturais para integrar a religião em processos de paz. Em Moçambique, este estigma reflecte-se nas preocupações sobre o extremismo em algumas regiões, como Cabo Delgado, onde grupos insurgentes alegam motivações religiosas.



De acordo com Waldman (2009, p. 7), “a construção da paz requer uma reconciliação sustentável,” o que exige analisar a relação entre conflito e religião. Abu-Nimer (2001, p. 688) reforça que “a linguagem religiosa influencia todos os aspectos de um conflito, mas também pode contribuir para soluções, especialmente quando combinada com práticas tradicionais de mediação.”

Em Moçambique, o desafio está em equilibrar a secularização estatal com a liberdade religiosa, promovendo uma convivência pacífica. A experiência turca demonstra que a exclusão da religião da esfera pública pode gerar resistência (Yavuz, 2019). Assim, é essencial integrar a dimensão religiosa nas estratégias de resolução de conflitos, considerando as particularidades culturais e históricas do país.

Por fim, a jurisprudência islâmica sugere a possibilidade de adaptação às realidades sociais e culturais (Salman, 2018). Em Moçambique, reconhecer a importância das práticas religiosas e tradicionais pode fortalecer a coesão social e criar oportunidades para a paz.

2.2. Secularização e convivência religiosa em estados plurais

A secularização representa a transformação do papel da religião na sociedade, especialmente no âmbito político, cultural e jurídico. Segundo Gritti (2004), trata-se de um conceito polimorfo, cuja aplicação varia conforme o tempo e o espaço. Em Estados plurais, a secularização busca equilibrar o respeito às diversidades religiosas e o princípio da neutralidade estatal.

No entanto, a laicidade estatal, como exemplificada em países como França e Turquia, frequentemente é percebida como uma exclusão da religião da esfera pública, o que gera conflitos com populações majoritariamente religiosas. (Casanova, 2011). Yavuz (2019) entende que na Turquia, por exemplo, a rígida imposição do secularismo, no início do século XX, provocou resistência de grupos religiosos, que associaram a secularização à descrença

Embora muitos Estados islâmicos sejam governados sob a Sharia, o conceito de secularização não é necessariamente incompatível com o Islão. Gulen (2019) argumenta que, desde que a prática religiosa seja assegurada no âmbito privado, não há necessidade de um Estado regido por leis religiosas. O Islão histórico, como no Império Otomano, demonstrou um modelo laico sui generis, garantindo direitos aos não-muçulmanos e promovendo uma coexistência pacífica (Kenanoglu, 2014).

No contexto contemporâneo, reinterpretar a Sharia para atender às demandas de sociedades plurais é possível. Como Salman (2018) afirma, “não se nega a alteração de legislações conforme a alteração dos tempos”. Assim, a adaptação das leis secundárias permite compatibilidade entre a Sharia e os ideais de laicidade.

A convivência religiosa depende de Estados que assegurem neutralidade e igualdade de direitos. Contudo, a laicidade deve ser flexível e considerar as particularidades culturais e religiosas, promovendo diálogo em vez de imposição.

Dessa forma, a interação entre laicidade estatal e diversidade religiosa revela-se desafiadora, mas possível, quando fundamentada em valores de tolerância e respeito mútuo.

2.3. Justiça Social e a Dimensão Religiosa: Um Diálogo Necessário.

A busca pela justiça social está intrinsecamente ligada aos valores religiosos, uma vez que muitas tradições espirituais fornecem princípios éticos que orientam ações em prol do bem-estar colectivo. No Judaísmo, Cristianismo e Islão, por exemplo, conceitos como caridade, igualdade e compaixão são fundamentais para a construção de sociedades justas e equitativas (Silva, 2018). Esses valores têm o potencial de promover coesão social ao oferecer uma base comum para a interação entre comunidades diversas.

No entanto, a influência religiosa pode ser ambivalente. Enquanto a religião fomenta unidade e harmonia, como observado no Processo de Alexandria, onde líderes religiosos buscaram a paz entre palestinos e judeus, ela também pode



reforçar divisões devido a interpretações exclusivistas (Khader, 2016). Essa dualidade reflete o impacto das crenças religiosas nas relações sociais e na busca por justiça.

A noção de religião como comunidade, descrita por Frazer e Owen (2018), destaca o papel dos valores religiosos na formação de identidades colectivas. Esses valores promovem o reconhecimento da dignidade humana e da igualdade, princípios centrais da justiça social. No entanto, a ausência de acções concretas para transformar essas ideias em práticas, como apontado na Declaração de Alexandria, limita o alcance dessas iniciativas.

O diálogo inter-religioso emerge como uma ferramenta essencial para superar barreiras e fortalecer a justiça social. De acordo com Stay et al. (2019), o reconhecimento de que as principais religiões monoteístas compartilham um Deus comum pode facilitar a colaboração em projectos sociais. Contudo, a exclusividade de elites nesse processo, como criticado por Jabbour (n.d apud Landau, 2003), restringe a eficácia das acções.

Integração de actores diversos, incluindo movimentos populares e ONGs, pode potencializar o impacto dos valores religiosos na justiça social (Silvestri & Mayall, 2015). Isso exige políticas inclusivas que articulem os princípios éticos das tradições religiosas com iniciativas concretas.

Portanto, a religião, quando direccionada para a inclusão e o respeito mútuo, pode desempenhar um papel crucial na promoção de justiça social. Para isso, é necessário um diálogo contínuo entre as dimensões éticas das tradições religiosas e as práticas sociais.

2.4. A Instrumentalização da religião em Conflitos: Lições para a Construção da Paz

Religião é frequentemente associada à perpetuação de conflitos, mas também possui o potencial de promover a paz e a reconciliação. Segundo King e Owen (2020), as religiões podem ser “instrumentalizadas e mobilizadas” em contextos de conflito, o que demonstra o duplo papel que elas desempenham. A

instrumentalização da religião em um conflito pode ser uma ferramenta de agravo, pois as crenças religiosas muitas vezes são usadas para justificar a violência, aumentar a polarização e fortalecer divisões entre grupos. No entanto, quando bem direccionada, a mesma religião pode se tornar um agente de reconciliação e construção da paz.

A instrumentalização religiosa pode agravar um conflito, quando grupos utilizam a religião como um meio de legitimar suas acções violentas. No contexto do conflito israelo-palestiniano, por exemplo, os textos sagrados e as crenças religiosas foram frequentemente citados para reforçar as reivindicações territoriais e políticas, alimentando o ciclo de violência e desconfiança. Como destacado por Frazer e Owen (2018), a identificação religiosa pode, muitas vezes, criar um “outro” em um conflito, dificultando o entendimento e a resolução pacífica das disputas.

No entanto, a mesma religião pode ser uma ponte para a paz se for integrada de maneira construtiva. Quando líderes religiosos, com base nos ensinamentos das suas tradições, se comprometem com o diálogo inter-religioso e a promoção do entendimento mútuo, isso pode abrir espaços para a reconciliação. No Processo de Alexandria, por exemplo, apesar de suas limitações, líderes de diferentes religiões tentaram usar a sua fé comum para buscar a paz e a convivência harmoniosa (Stay et al., 2019).

A religião também pode ser usada para promover a justiça social e a coexistência pacífica. Como observa Jamal Khader (2016), que “ as religiões, apesar das suas divisões, partilham valores comuns que podem servir como base para um entendimento recíproco”. A paz duradoura depende, em parte, da capacidade de envolver as religiões em um processo de reconciliação, valorizando os ensinamentos que promovem o perdão e a unidade.

Contudo, o desafio está em como superar a instrumentalização negativa da religião e promover uma interpretação que favoreça a convivência pacífica. Para isso, é essencial que as dimensões da religião como comunidade, identidade e valores sejam analisadas criticamente, a fim de analisar os



aspectos que podem ser usados tanto para a violência quanto para a paz.

De acordo com Silva (2018), a integração da religião nos processos de paz exige sensibilidade às crenças e valores religiosos das partes em conflito. Reconhecer o poder da religião e envolver as comunidades religiosas nas negociações pode ser fundamental para a construção de uma paz estável.

Porém, é necessária cautela ao integrar a religião nos processos de paz, pois sua instrumentalização para fins políticos pode minar a eficácia desses esforços. A experiência de Moçambique, como ilustrado por Morier-Genoud (2000), mostra que, embora a religião tenha sido usada para promover a paz, também pode ser usada para alcançar objectivos políticos e económicos, distorcendo seu papel na construção da paz.

Portanto, a religião pode ser uma força poderosa tanto para agravar quanto para mitigar conflitos, dependendo de como é utilizada. A chave para sua efectiva contribuição para a paz está no envolvimento genuíno das comunidades religiosas em um diálogo que promova a compreensão, o respeito mútuo e o compromisso com a justiça social.

3. Metodologia

3.1. Abordagem metodológica

A pesquisa adoptou uma abordagem qualitativa, que é especialmente adequada para explorar fenómenos sociais complexos e entender as percepções dos indivíduos em contextos específicos (Creswell, 2014). Esse método permite uma análise profunda de como as dinâmicas entre religião, conflito e secularização afectam a construção da paz e a justiça social em Moçambique, possibilitando a interpretação dos significados atribuídos pelos actores sociais.

3.2. Procedimentos técnicos

Optou-se pela abordagem bibliográfica, que, segundo Gil (2008), é eficaz para mapear e

analisar conceitos, teorias e debates existentes sobre um tema. Essa estratégia permitiu reunir contribuições relevantes de autores como Barreto (2015), Salman (2018) e Yavuz (2019), fornecendo uma base teórica sólida para analisar o impacto da religião na promoção da paz e na mitigação de conflitos. A revisão abrangeu literatura académica, relatórios institucionais e estudos de caso relacionados ao contexto moçambicano.

3.3. Técnica de análise de dados

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme descrito por Bardin (2011), e da análise temática, com base em Braun e Clarke (2006). Esses métodos permitiram identificar padrões e categorias emergentes nos textos revisados, destacando as dinâmicas entre religião, secularização e justiça social no contexto moçambicano.

4. Apresentação, análise e discussão dos resultados.

4.1. Técnica de análise de dados

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo, conforme descrito por Bardin (2011), e da análise temática, com base em Braun e Clarke (2006). Esses métodos permitiram identificar padrões e categorias emergentes nos textos revisados, destacando as dinâmicas entre religião, secularização e justiça social no contexto moçambicano.

4.2. Critérios de selecção

As fontes foram seleccionadas com base na relevância académica e contemporaneidade. Foram incluídos artigos publicados nos últimos dez anos, capítulos de livros e relatórios de organizações internacionais, como a USAID (2009). Estudos que abordam religião, secularização e paz em contextos africanos foram priorizados.

4.3. Categorias emergentes da análise



- Instrumentalização da Religião
- Religiões como Agentes de Paz
- Secularização e Convivência Religiosa
- Justiça Social e Inclusão

4.3.1. Instrumentalização da religião

Apresentação dos Resultados: A instrumentalização da religião aparece como um factor significativo nos conflitos. A literatura destaca que grupos insurgentes em Moçambique, especialmente em Cabo Delgado, têm utilizado a religião como pretexto para justificar a violência, alimentando divisões sociais e culturais. Esse uso estratégico reflecte uma tendência global, como observado no conflito Israel-Palestiniano, onde a religião serve para reforçar narrativas políticas e identitárias (King & Owen, 2020). Essa instrumentalização negativa desafia os esforços para construir uma sociedade harmoniosa.

Análise e discussão dos resultados: Os resultados confirmam e expandem os achados da literatura sobre o papel ambivalente da religião em contextos de conflito. A instrumentalização da religião em Moçambique, especialmente por grupos insurgentes em Cabo Delgado, alinha-se com o que King e Owen (2020) destacam no conflito israelo-palestiniano: a religião pode reforçar divisões políticas e identitárias, quando utilizada como ferramenta estratégica. Esse uso negativo desafia iniciativas de coesão social, evidenciando que, em Moçambique, assim como globalmente, a manipulação religiosa agrava tensões existentes.

4.3.2. Religiões como agentes de paz

Apresentação dos Resultados: As religiões como agentes de paz mostram que o potencial pacificador da religião pode ser explorado. Líderes religiosos em Moçambique têm actuado como mediadores em conflitos locais, utilizando ensinamentos que promovem o perdão e a unidade (Abu-Nimer, 2001). Contudo, a efectividade dessas iniciativas depende de um diálogo inter-religioso inclusivo e do fortalecimento das práticas tradicionais de mediação, que integram

aspectos culturais e religiosos, como observado em processos semelhantes em outras partes do mundo.

Análise e discussão dos Resultados: O potencial pacificador das religiões em Moçambique ressoa com as análises de Abu-Nimer (2001), que enfatiza a importância do diálogo inter-religioso. O estudo demonstrou que líderes religiosos têm actuado como mediadores eficazes em conflitos locais. Entretanto, a efectividade dessas intervenções ainda é limitada pela fragmentação dos esforços e pela falta de uma estratégia nacional que valorize a mediação tradicional integrada às práticas religiosas.

4.3.3. Secularização e convivência religiosa

- Apresentação dos resultados:

A secularização e convivência religiosa emergem como um desafio nos Estados plurais, como Moçambique, onde a coexistência de Islão, Cristianismo e religiões tradicionais exige equilíbrio entre a laicidade estatal e a liberdade religiosa. A experiência turca, mencionada por Yavuz (2019), alerta para os perigos da exclusão da religião da esfera pública, reforçando a necessidade de políticas que promovam a neutralidade sem alienar comunidades religiosas. Em Moçambique, um modelo que respeite a diversidade e valorize o papel das religiões na esfera pública pode contribuir para a coesão social.

- Análise e discussão dos resultados:

O desafio da secularização e convivência religiosa em Moçambique reflecte o dilema destacado por Yavuz (2019) sobre a exclusão da religião da esfera pública em Estados plurais. Embora o contexto moçambicano promova a liberdade religiosa, a coexistência entre Islão, Cristianismo e religiões tradicionais exige políticas públicas mais robustas, que garantam equilíbrio entre neutralidade estatal e valorização da diversidade religiosa.

4.3.4. Justiça social e inclusão

- Apresentação dos resultados:



A justiça social e inclusão destacam-se como dimensões fundamentais da relação entre religião e construção da paz. As tradições religiosas, ao enfatizarem valores como caridade e igualdade, oferecem um caminho para superar desigualdades e promover a coesão social (Silva, 2018). Contudo, a transformação desses valores em práticas efectivas requer a integração de actores diversos, incluindo líderes religiosos, movimentos populares e organizações da sociedade civil.

- **Análise e discussão dos resultados:**

As contribuições do estudo são notáveis ao reforçar a necessidade de integrar práticas religiosas às iniciativas de justiça social e inclusão. Ao identificar o papel das tradições religiosas em promover caridade e igualdade, os resultados corroboram Silva (2018), mas também destacam que transformar esses valores em acções práticas exige colaboração entre líderes religiosos, movimentos sociais e o Estado.

4.3.5. Considerações finais da a análise e discussão dos resultados

Os dados apontam que a religião em Moçambique é simultaneamente um recurso para a paz e um elemento de conflito. A construção de uma convivência pacífica depende da superação da instrumentalização negativa da religião, do fortalecimento do diálogo inter-religioso e da formulação de políticas inclusivas. Essas políticas devem integrar as dimensões éticas das tradições religiosas com as práticas sociais e jurídicas, reconhecendo os desafios da laicidade em contextos plurais.

5. Considerações finais

A análise evidenciou que a religião em Moçambique exerce um papel ambivalente, tanto como catalisador de conflitos quanto como instrumento de construção da paz. A instrumentalização da religião, observada em episódios de violência insurgente em Cabo

Delgado, demonstra como narrativas religiosas podem ser manipuladas para alimentar divisões sociais. Em contrapartida, práticas religiosas de mediação e perdão emergem como ferramentas significativas na promoção da reconciliação e da harmonia social.

A potencialidade das religiões como agentes de paz destacou o papel fundamental dos líderes religiosos no fortalecimento do diálogo inter-religioso e da mediação de conflitos. Apesar dos avanços, a ausência de uma coordenação nacional estruturada limita o impacto dessas iniciativas, indicando a necessidade de políticas públicas que valorizem o papel pacificador das tradições religiosas e integrem aspectos culturais e espirituais locais.

Outro ponto relevante foi a tensão entre secularização e convivência religiosa. Em um Estado plural como Moçambique, o equilíbrio entre laicidade e liberdade religiosa apresenta-se como um desafio complexo. O estudo sugere que uma abordagem que respeite a diversidade religiosa e inclua práticas religiosas na esfera pública pode contribuir para a coesão social e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

A dimensão da justiça social e inclusão revelou que as tradições religiosas, ao enfatizarem valores como solidariedade e igualdade, têm o potencial de mitigar desigualdades. Contudo, a eficácia dessas práticas depende da articulação entre líderes religiosos, movimentos sociais e instituições estatais, reforçando a importância de acções integradas.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o aprofundamento da compreensão sobre o papel da religião em contextos de pluralismo cultural e religioso. Ele evidencia que a religião não deve ser vista exclusivamente como uma fonte de conflito, mas também como uma aliada na promoção da paz, desde que sejam enfrentadas as práticas de instrumentalização negativa.

As implicações práticas incluem a necessidade de fortalecer iniciativas de diálogo inter-religioso e criar políticas públicas inclusivas que promovam a participação das comunidades religiosas em processos sociais e políticos.



Além disso, o fortalecimento da educação religiosa para promover valores de tolerância e respeito emerge como uma estratégia indispensável para a construção de uma sociedade mais pacífica.

Para pesquisas futuras, sugere-se investigar como as narrativas religiosas podem ser reformuladas para contrapor discursos de ódio e promover a coesão social em contextos de diversidade. Também seria relevante explorar os impactos de programas de educação inter-religiosa em comunidades com alta incidência de conflitos.

Por fim, um estudo mais aprofundado sobre o papel das mulheres líderes religiosas na mediação de conflitos e promoção da justiça social poderia trazer *insights* importantes para o campo de pesquisa. Essa perspectiva oferece um caminho para entender melhor a relação entre religião, género e construção da paz em Moçambique.

Referências

- Abu-Nimer, Mohammed (2001). Conflict resolution, culture, and religion: Toward a training model of interreligious peacebuilding. *Journal of Peace Research*, 38(6), 685–704.
- Amaladoss, Michael (2015). *Diálogos transdisciplinares: Anais do Simpósio Internacional Faje PUC Minas*. In: *Religiões para a paz ou para a guerra?* Belo Horizonte: PUC Minas – FAJE, p. 29–50.
- Bardin, Laurence (2011). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, Alberto (2015). A religião como veículo de paz: Desafios e possibilidades. *Revista de Estudos Sociais*, 12(2), 51–63.
- Barreto, Paulo (2015). *Religião e ética social*. Coimbra: Almedina.
- Braun, Virginia & Clarke, Victoria (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101.
- Casanova, José (2011). De secular, secularization and secularisms. In: Calhoun, Craig; Jurgensmeyer, Mark; Vanantwerpen, Jonathan (org.). *Rethinking secularism*. New York: Oxford University Press, p. 54–74.
- Creswell, John (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches (4th ed.)*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Frazer, Elizabeth & Owen, David (2018). *Religion and conflict: Theories and practices*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gil, Antonio Carlos (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.
- Gritti, Massimo (2004). *Islam e secularismo*. Roma: Editora Unisinos.
- Jamald, Kamal (2016). *Religious conflict and the Israeli-Palestinian struggle*. Oxford: Oxford University Press.
- Kenanoglu, Mustafa (2014). *Ottoman tolerance: Non-Muslims in the Ottoman Empire*. Istanbul: Isis Press.
- Khader, Jamal (2016). *Religious narratives and peacebuilding*.
- King, George & Owen, Sarah. (2020). *Religion, conflict, and peacebuilding: Na interdisciplinary approach*. Abingdon: Routledge.
- Landau, Michael (2003). *Religion and the Israeli-Palestinian conflict*.
- Morier-Genoud, Eric (2000). *Religion, politics, and power in Mozambique*. Dar es Salaam: University of Dar es Salaam Press.
- Salman, Ahmed (2018). *Introdução à jurisprudência islâmica*. Cairo: Al-Azhar University Press.
- Silva, Carlos (2018). *Religious dimensions of peace in the Middle East*. London: Palgrave Macmillan.
- Silvestri, Sara & Mayall, James (2015). *Faith-based mediation in international relations*. London: Routledge.
- Silvestri, Sara & Mayall, James (2015). *Religion and conflict: From theoretical debates to policy challenges*. London: Routledge.
- Stay, Samuel; Harms, Richard & Ferry, John



- (2019). *Dialogue and unity: The role of religion*.
- Stay, Samuel et al (2019). *Interfaith dialogue for peace: A global perspective*. Cham: Springer.
- USAID (2009). *Religion, conflict, and peacebuilding: A guide for practitioners*. Washington, DC: USAID.
- Waldman, Lee (2009). *Religion and the challenges of peacebuilding*. New York: Palgrave Macmillan.
- Yavuz, Hakan (2012). *The Review of Faith and International Affairs*, 10(4), 28–34.
- Yavuz, Hakan (2019). *Understanding Turkish secularism in the 21st century: A contextual roadmap*. Southeast European and Black Sea Studies, 19(1), 1–24.